Nº 269

IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL

O AMOR POR PRINCÍPIO, E A ORDEM POR BASE,
O PROGRESSO POR FIM

Viver para outrem. *Viver às claras.*

Mais uma vez as greves, a ordem republicana, e a reorganização social.

A propósito da greve nas Docas de Santos

O *Jornal do Commercio* de hoje publicou o seguinte nas *Várias Notícias*.

"Anuncia se para hoje uma parede geral em Santos, pelo fato de a Companhia Docas não ter acedido as exigências dos trabalhadores do café.

Já não se trata de salário. A questão agora é do número de horas de trabalho. *Os paredistas fixaram o limite de oito horas*, de acordo com o programa socialista, que procuram fazer vingar com a ajuda de bombas de dinamite.

Não sabemos o que o governo pensa de tudo isto. *O que sabemos é o que o regime das oito horas seria a desorganização imediata do trabalho no Brasil.*

Esses pruridos socialistas são obras de pura imitação e não encontram entre nós um fundamento legítimo.

A polícia paulista deve saber que existem em Santos agitadores perigosos que precisam ser afastados dali em benefício da ordem pública. Qualquer frouxidão ou tibieza da parte da autoridade em relação a esses agitadores será muito condenável."

(Os grifos são nossos.)

***

Julgamos, por isso, do nosso dever recordar ao público em geral, e especialmente aos governantes, as reflexões que já foram apresentadas por ocasião da greve na *Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais*. (Vide a secção ineditorial do *Jornal do Commercio* de 19 de maio de 1906. Acrescentaremos apenas as seguintes ponderações.

***

A objeção de que "*o regime das oito horas seria a desorganização imediata do trabalho no Brasil*" é, de todo ponto, improcedente.

Em primeiro lugar, tal objeção é a reprodução da objeção que se fazia contra a abolição da escravidão africana. Ela se repete todas as vezes que se trata das reclamações

proletárias que visam, apenas, na frase de Augusto Comte, a incorporação do proletariado na sociedade moderna, onde está apenas acampado. De fato, os que se opunham à abolição da escravidão africana não cessavam de repetir que semelhante medida seria a desorganização do trabalho agrícola. Confundem-se, destarte, a diminuição dos lucros ou os prejuízos que possam porventura ter alguns chefes industriais, em consequência da sua surdez, aos reclamos do altruísmo e da razão e em consequência do seu empirismo, com a desorganização social do trabalho.

***

Em segundo lugar, examinada diretamente à objeção de que se trata patenteia-se como resultando de uma falsa apreciação da *organização do trabalho*. Com efeito, infelizmente, o vulgo dos chefes industriais e dos governos acha hoje que o trabalho está organizado desde que, em uma oficina, em uma doca, em uma empresa qualquer, os proletários se submetem a empregar a sua atividade a contento dos patrões. O absurdo vai ao ponto de julgar-se que o trabalho está organizado, quando a oficina só funciona mediante a desorganização geral das Famílias, das Pátrias, e da Humanidade. São disso exemplo as fábricas que funcionam graças ao trabalho das mulheres e das crianças.

***

Ora, semelhante conceito não pode ser aprovado pelo altruísmo e a razão. O trabalho não é um castigo e nem o trabalhador, um condenado, conforme ensina o teologismo. O trabalho consiste, conforme mostrou Augusto Comte, na ação *real e útil* do homem sobre a Terra, a fim de assegurar a *existência social e moral*.

O trabalho só se poderá, pois, considerar como verdadeiramente organizado:

1º - Quando não houver mais indústrias nocivas ou ociosas.

2º - Quando as indústrias úteis estiverem instituídas de modo que os proletários encontrem no trabalho a base da sua *existência de homens*.

Essa segunda condição, supõe que o proprietário tem tempo para o descanso do corpo, bem como para a cultura dos seus sentimentos e da sua inteligência no seio de uma família, a coberto tanto da miséria como do luxo.

***

Enquanto isto não se der, não existe realmente a organização do trabalho, e sim apenas uma evolução empírica e cega, *tendendo*, embora fatalmente, para a organização do trabalho.

Longe, pois, de tentar eternizar a atual situação revolucionária dos patrões e dos proletários, o dever de todos é esforçar-nos para que a evolução industrial se conclua quanto antes, sem novas *violências* de parte a parte. Eis por que os governos devem limitar-se a manter a *plena liberdade de trabalho*. E a *plena liberdade espiritual* de qualquer conjuntura. Quanto aos patrões, repetiremos as ponderações feitas por ocasião

de uma greve de carroceiros nesta cidade. (Vide a secção ineditorial do *Jornal do Commercio*, de 23 de dezembro de 1906).

***

“A greve representa um recurso extremo, um verdadeiro mal, a que só é lícito recorrer para evitar desgraças ainda maiores. E os responsáveis por uma greve não são unicamente os seus promotores diretos, são também todos os que não a previram ou a entretêm. É assim que se reconhece quanta culpa têm nas greves os patrões, não atendendo às solicitações de proletários no que encerram de justo, o que determina a exacerbação dos instintos egoístas e faz surgirem as pretensões descabidas. É assim que se percebe a culpa dos governos, intervindo para prestar aos patrões um apoio que os torna surdos às mais justas representações proletárias.”

***

“Na greve atual dos carroceiros, por exemplo, todas as reclamações publicadas são perfeitamente justas. E parece incrível que o imperialismo industrial deixasse a situação chegar a tal ponto.

Em nome da Humanidade, apelamos para os respectivos patrões, pedindo-lhes que procurem entrar em acordo amigável com os proletários perante os quais a Humanidade os torna representante de sua providência material. Cumpre olhar para o Futuro e não deixar cegar-se pelo Presente. De que serve prevalecer hoje pela *violência*, com o auxílio do governo, se amanhã a marcha fatal da opinião pública os forçará a ceder?

E oxalá pudesse esse apelo ser escutado pelos representantes do sexo feminino, a quem a humanidade confiou a incomparável obsessão de velar pelo surto dos pendores altruístas daqueles de quem depende a solução da greve atual!”

***

“A história da escravidão é de ontem e devia estar sempre presente na lembrança dos chefes industriais e dos estadistas brasileiros, como se conserva viva no coração de todos os oprimidos.

Também os senhores de escravos tiveram o apoio dos governos durante séculos. Mas, afinal, o martírio cessou. Chegou o momento em que os escravocratas ficaram abandonados pelos governos, como já estavam havia muito pela opinião pública.

A abolição realizou-se acarretando o sacrifício dos chefes industriais que tinham sido surdos aos reclamos do altruísmo e da razão.”

***

Diante das greves, os patrões não devem examinar se têm a força material suficiente, no momento, para vencê-las. Cumpre indagar se as reclamações populares são justificadas pelo *altruísmo* e a *razão*. Se isso se der, urge atender às solicitações

proletárias. Porque todas as vitórias da violência contra o altruísmo e a razão são facilmente transitórias. A justiça da Humanidade pode tardar: mas a história aí está para atestar que ela não faltou até hoje. E a Posteridade caminha cada vez mais aceleradamente ao nosso encontro".

***

"A este propósito, cumpre notar que os proletários, os patrões deviam liquidar pacificamente as suas desinteligências mediante um acordo direto. Sem dúvida uma parte não pode contestar à outra a faculdade de escolher procuradores a quem deem plenos poderes para tratar em seu nome. Mas semelhantes intermediários são quase sempre nocivos, sobretudo quando representam no elemento *heterogêneo*. Ali, o regime científico-industrial, elemento que traz fatalmente para o debate as paixões, os preconceitos e os hábitos peculiares ao regime teológico-militar, de cuja dissolução provieram."

***

"Devemos outrossim, observar que já não basta alegar que se trata de *pruridos socialistas*, anarquistas, ateus etc., para condenar as reclamações do proletariado. Pois alguém que, com a mão na consciência, possa desconhecer a impossibilidade de um homem trabalhar mais de oito horas por dia, maquinalmente, sem embrutecer-se e invalidar-se. Pois há alguém que possa desconhecer quanto é angustiosa a situação do proletário? E é justo, é humano, que os felizes da sorte, aqueles que podem ter domicílio confortável, que podem ter Família, que podem isentar suas mães, esposas, irmãs e filhas de trabalhos pesados, que lhes podem assegurar uma existência, decorosa, pretendam com um traço de pena ocultar todo o martírio que sofre ainda o proletariado?"

***

Semelhantes alegações podem induzir governos despóticos, desumanos e cegos, a pretenderem resolver pela força bruta as dificuldades da situação moderna. Elas podem levar chefes industriais escravizados pelo amor-próprio ou pela cobiça e sem luzes a menosprezarem os justos reclamos dos proletários. Mas essa vitória do egoísmo e do empirismo será transitória, como tem sido todas as outras, por que *o homem se agita e a Humanidade o conduz*.

***

Enfim, não será violando a liberdade espiritual a pretexto de afastar agitadores perigosos, que se conseguirá defender a *ordem pública.* Quem é que não poderá ser taxado de agitador perigoso por algumas das muitas facções que dividem a sociedade moderna? É preciso esquecer tudo quanto se passa em torno de nós e dentro de nós para não reconhecer que a sociedade acha-se atualmente em uma situação profundamente

revolucionária, e que toda tentativa de impedir a livre manifestação das opiniões quaisquer, só pode agravar essa situação fazendo crer que as instituições sociais não comportam bases morais e racionais.

As opiniões só se combatem com outras opiniões: E é em vão vamos procurar esconder os males sociais abafando violentamente os gemidos e as vociferações dos que sofrem, bem como dos que porventura exploram tais sofrimentos. Apenas se consegue assim amontoar os males e preparar novas convulsões sociais, em prejuízo da ordem e do progresso. Os que se julgam senhores do Presente devem lembrar-se do Passado e pensar na Posteridade.

Pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil:
R. TEIXEIRA MENDES,
Vice-Diretor

Em nossa sede, Templo da Humanidade, 74 rua Benjamin Constant, (antigo 30).
Rio, 13 de Shakespeare de 120 (21 de setembro de 1908).

(Publicado na secção ineditorial do *Jornal do Commercio*
de 21 de setembro de 1908.)